

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
O MARXISMO POLÍTICO E A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Por uma Sociologia Histórica Não-Eurocêntrica			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Pedro Lucas Dutra Salgado	University of Sussex	UoS	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>As diferentes vertentes teóricas de Relações Internacionais compartilham de uma limitação em comum: a dificuldade de explicar a formação do sistema de estados e de estabelecer a relação entre ele e uma ordem global “moderna” ou “capitalista”. As leituras marxistas de RI se utilizam do capitalismo como categoria analítica fundamental, e não raro trazem consigo excessos estruturalistas onde a lógica de produção capitalista é tomada como causa universal de todos os eventos. Alternativamente, o marxismo político reconstitui a centralidade explanatória da luta de classes enquanto motor da história. Busca-se compreender as estratégias adotadas por classes sociais na defesa de seus interesses e na reprodução de sua existência em contextos específicos, que acabam por resultar na reprodução (e nas transformações) do modo de produção capitalista ao longo dos séculos. Esta releitura metodológica que radicaliza a especificidade histórica de cada manifestação da luta de classes traz valiosa contribuição tanto aos estudos de Relações Internacionais, quanto ao entendimento da obra de Marx, de forma mais ampla.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Relações Internacionais, Marxismo, Formação de Estados			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The different theoretical approaches to International Relations share a limitation: the difficulty in assessing the formation of the states-system and in establishing its relation to a “modern” or “capitalist” global order. The Marxist readings of IR use capitalism as a crucial analytical category, often to a point of excessive structuralism with the capitalist logic of production being taken as the universal cause of all events. Alternatively, Political Marxism reconstructs the explanatory centrality of class struggle as the driving force of history. It aims to understand the strategies adopted by social classes in the defense of their interests and in the reproduction of their existence in specific contexts, which result in the reproduction (and transformation) of the capitalist mode of production throughout the centuries. This methodological reassessment radicalize the historical specificity of each instance where class struggle manifests itself, making a valuable contribution to the discipline of IR and to the comprehension of Marx’s works more broadly</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
International Relations, Marxism, State-formation			
EIXO TEMÁTICO			
3. Poder, Estado e luta de classes			

O MARXISMO POLÍTICO E A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: por uma sociologia histórica não-eurocêntrica

Pedro Lucas Dutra Salgado¹

1. Introdução

Este trabalho tem como ponto inicial um desconforto causado pelas diferentes vertentes teóricas da Sociologia Histórica Internacional: todas se mostram seriamente limitadas quando se trata de explicar a expansão do sistema de estados para além do contexto europeu, como no caso do Brasil. Portanto, em busca de uma narrativa que dê conta das particularidades históricas da formação de estados em contextos periféricos, a disciplina de Relações Internacionais (RI) e em especial a sub-disciplina de Sociologia Histórica Internacional (SHI) necessitam passar pela reformulação de alguns de seus principais fundamentos, no sentido de radicalizar a historicidade de suas premissas teóricas. O argumento apresentado aqui é o de que a nascente tradição do Marxismo Político (MP) constitui um arcabouço teórico cuja contribuição fundamental é precisamente uma tal reformulação – ou seja, prover uma metodologia profundamente historicizada. O objetivo deste artigo é apresentar as características centrais do Marxismo Político, assim como as principais obras que marcam sua contribuição na disciplina de RI/SHI. Ao fazê-lo, identifica-se uma divergência metodológica crucial entre autores que embarcam em tal empreitada teórica: enquanto uns se utilizam de uma leitura estruturalista centrada em categorias como as “leis de acumulação” do capitalismo, outros se valem de análises profundamente historicizadas ressaltando o caráter contingente das lutas sociais e seus resultados não intencionais como os principais objetos da análise histórica. Esta última, como dito anteriormente, representa precisamente a radicalidade histórica que se defende de maneira mais ampla para RI/SHI. A tensão entre essas duas diferentes interpretações do Marxismo Político tem raízes em suas obras fundadoras e, ao traçá-las, pode-se indicar com precisão o legado deixado por esta corrente que nos permite superar as limitações teóricas identificadas na literatura de RI/SHI.

¹ O autor é graduado em Ciências Sociais (UERJ) e Direito (UFRJ), mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Sussex, e doutorando em Relações Internacionais na Universidade de Sussex com apoio do CNPq.

O arcabouço teórico para Relações Internacionais baseado no Marxismo Político será elaborado em quatro passos fundamentais. Primeiramente, as premissas elementares desta vertente serão apresentadas e discutidas no contexto do chamado "Debate Brenner" (Aston and Philpin, 1985; Wood, 1996) onde o termo "Marxismo Político" foi cunhado em uma crítica ao argumento proposto por Robert Brenner sobre a origem do capitalismo na agricultura britânica (Bois, 1985). Em segundo lugar, suas implicações para a disciplina de RI serão consideradas, encontrando-se tanto a premissa de que os "imperativos de mercado" e a "vontade" do capital representam uma ruptura fundamental em relação à ordem internacional pré-moderna na obra de Ellen Wood e Justin Rosenberg (Rosenberg, 1994; Wood, 2012, pp. 257–8, 1995); quanto a versão historicista que identifica no processo geopolítico de expansão do capitalismo a chave para compreender não apenas as origens sociais do Estado, mas da própria modernidade (Lacher, 2006, 2003; Teschke, 2014, 2009). Em terceiro lugar, as duas diferentes leituras do Marxismo Político nas Relações Internacionais tem suas origens identificadas em tensões entre estruturalismo e historicismo nas obras de Robert Brenner e Ellen Wood (Brenner, 1985a, 1985b, 1977; Wood, 2012, 2002, 1995), apontando-se as diferenças (e contradições) entre os dois estilos. Por fim, será possível identificar quais os aspectos do Marxismo Político que permitem a reformulação teórica da disciplina, de forma a compreender o processo social e geopolítico que leva à formação de Estados em contextos não-europeus, ou seja, à expansão do sistema de estados para além da Europa. Em outras palavras, a última seção identificará as maneiras através das quais o Marxismo Político possibilita compreender essas experiências em seus próprios termos, sem os vícios do eurocentrismo.

O objetivo, portanto, é aprimorar a tradição do Marxismo Político para possibilitar um arcabouço teórico no qual distintas experiências históricas de formação de estados possam ser compreendidas através da perspectiva dos atores sociais envolvidos em cada momento desses longos processos, ao invés de partir de uma perspectiva "sistêmica" onde o comportamento destes atores são vistos com derivações de sua posição em uma dada estrutura. Isto significa que a "agência" deve estar radicalmente inserida na metodologia aplicada, de forma a explicar não apenas como estruturas sociais se formam, mas também como elas são moldadas através de ação contínuas e repetidas, ao invés de ser um recurso para dar conta de momentos históricos "excepcionais" nos quais narrativas estruturalistas atingem seus limites. Em outras palavras, considerando a citação clássica de Marx de acordo com a qual "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem livremente; não a fazem sob circunstâncias de sua própria escolha, mas sob circunstâncias previamente existentes, dadas, e transmitidas do

passado”² (Marx, 1999, p. 5), o principal argumento teórico aqui apresentado equivale a ressaltar a primeira parte da frase, ao contrário de demais vertentes marxistas que parecem dar mais importância à segunda: por mais que atores históricos pareçam condicionados pelo contexto social e político no qual existem (i.e., as “circunstâncias previamente existentes”), a história é feita por eles, é um produto de suas *ações*. Esta posição é defendida por alguns acadêmicos do Marxismo Político, e acredita-se que ao se tratar o processo de expansão geopolítica do capitalismo e da modernidade desta forma – identificando os papéis cruciais de atores locais em sua relação entre si e com atores transnacionais – previne-se contra acusações de eurocentrismo.

2. Origens e premissas básicas do Marxismo Político

A tradição acadêmica conhecida como Marxismo Político tem suas origens na discussão sobre o surgimento do capitalismo europeu na zona rural inglesa promovida pela obra de Robert Brenner e pelas respostas recebidas por ele, no que ficou conhecido como o “Debate Brenner”, ou o “Debate da Transição”. Em sua origem, trata-se de uma crítica ao que Brenner chamou de modelos teóricos “demográficos” e “comerciais” da crise do feudalismo e da transição para o capitalismo na Europa ocidental. De acordo com o argumento central de Brenner, os dois estão corretos de acordo com as premissas iniciais de cada um. Entretanto, nenhum deles consegue estabelecer uma conexão entre a crise do feudalismo e a origem do capitalismo. Ademais, nenhum dos dois fornece provas conclusivas de que os ciclos demográficos malthusianos ou a intensificação de laços comerciais (respectivamente) podem ser utilizados como a principal ferramenta explicatória para a transição a longo prazo (Brenner, 1985a, p. 10, 1985b, pp. 213, 217, 246). Brenner argumenta que o que faltam a estas duas narrativas são os distintos processos de formação de classes sociais e as diferentes configurações de relações de propriedade em cada um dos contextos analisados (Brenner, 1985a, pp. 18, 22, 28–9). Em suas próprias palavras:

“Eu argumento, por fim, que é de fundamental importância reconhecer e analisar sistematicamente os distintos processos de formação de classe em longo prazo que caracterizam as várias regiões na Europa feudal. Porque, em minha visão, estes processos divergentes condicionaram criticamente as diferentes formas e resultados os conflitos de classe entre lordes e camponeses que estavam presente de forma endêmica ao fim do período medieval europeu e no crescimento das crises generalizadas de produção

² Todas as citações deste artigo foram traduzidas livremente das obras em inglês, mesmo aquelas que já tem traduções publicadas em português. A numeração das páginas corresponde à das edições listadas na bibliografia.

feudal e de rendas senhoriais. Foi a diversidade das formas de propriedade que surgiram em diferentes lugares a partir da reação senhorial ao fim da idade média e os conflitos de classe que acompanharam tal reação que criaram as bases para diferenças regionais dramáticas que caracterizaram a evolução econômica Europeia na época subsequente.” (Brenner, 1985b, p. 215)

Foram muitas as respostas à crítica inicial de Brenner (Brenner, 1985a), que inclusive motivaram o autor a rebatê-las em um segundo artigo (Brenner, 1985b). Os tópicos mais recorrentes nas respostas consistem em acusações de representar erroneamente os argumentos de outros historiadores, dúvidas levantadas sobre o método de comparação histórica empregado por Brenner em sua análise da Inglaterra, França e Leste Europeu, e reafirmações de argumentos anteriores de cada autor individualmente (Bois, 1985; Croot and Parker, 1985; Ladurie, 1985; Postan and Hatcher, 1985). Dentre estes, Guy Bois se destaca por identificar divergências no método empregado por ele em sua perspectiva marxista, e por Brenner. Ele identifica na obra do colega uma “visão voluntarista da história, na qual a luta de classe é dissociada de todas as demais contingências objetivas”. Mais especificamente, Bois aponta para uma sub-teorização das leis de acumulação relativas aos diferentes modos de produção na obra de Brenner. Por tal razão, Bois acusa Brenner de esvaziar “o conceito básico do materialismo histórico – ou seja, o modo de produção – de qualquer substância real”. Neste contexto, Bois cunha o termo “Marxismo Político”, indicando que seu foco excessivo nas relações de classe impede Brenner de ver as limitações estruturais impostas às mesmas pelo modo de produção sob o qual operam (Bois, 1985, pp. 115–6).

Apesar da crítica feita por Bois, a tradição acadêmica que busca desenvolver a perspectiva de Brenner recebeu o nome “Marxismo Político” como um comentário positivo. Para muitos, reescrever a perspectiva Marxista sem o economicismo que assume que a transição do feudalismo para o capitalismo é o resultado necessário de uma crise (seja ela demográfica ou comercial) – ao invés de explicar o processo social que fez com que essa crise tivesse diferentes resultados através da Europa – é um avanço importante. Brenner faz exatamente isso ao transferir o foco para a luta de classe enquanto o resultado de estratégias adotadas por diferentes classes sociais em seu constante esforço para assegurar sua própria auto-reprodução (Brenner, 1985b, p. 232). Desta forma, os processos históricos caracterizados como transições são compreendidos através de suas origens na vida cotidiana, ou seja, como consequências não intencionais das constantes tentativas de classes sociais de expandirem seus direitos contra os de outras classes (Wood, 2002, pp. 51–2). Sua principal força é

exatamente a possibilidade de identificar como diferentes configurações de relações de propriedade e equilíbrios de forças sociais levou a diferentes respostas à crise que afetou a Europa no início do período moderno. Neste sentido, a ascensão do capitalismo na agricultura inglesa é apenas um dentre muitos resultados possíveis, assim como foi a origem do absolutismo na França. A comparação destes dois processos históricos – presente na obra de Brenner – é essencial para a compreensão de ambos (Wood, 2002, p. 52).

O capitalismo, portanto, não pode ser assumido como um resultado lógico e linear (muito menos necessário) da crise do feudalismo. Tal transição não pode ser explicada em termos puramente econômicos ou demográficos, mas enquanto resultado de especificidades políticas da configuração social de cada contexto geográfico. A particularidade do caso britânico, de acordo com Brenner, vem exatamente do fato de proprietários de terra onseguirem evitar que camponeses consolidassem relações de propriedade sobre a terra. Tendo assegurado um mecanismo político e jurídico que lhes garante a propriedade da terra, o processo de obtenção do excedente poderia se dar por um processo “puramente econômico”. Essa separação entre uma esfera política onde direitos de propriedade e liberdades individuais são asseguradas, e uma esfera econômica onde salários e renda são acordados é precisamente a inovação do capitalismo³ (Wood, 2012, p. 19, 1995, pp. 19–23) e aparece pela primeira vez na estrutura social rural britânica (Brenner, 1985a, pp. 46–54; Wood, 2002, p. 53). Um dos principais resultados desta separação é a forma em que as relações de produção são mediadas pelo “mercado” – i.e., na esfera econômica – seja pela perspectiva dos camponeses empobrecidos e gradualmente proletarizados, ou da dos proprietários de terra que competem entre si através do valor cobrado pelo uso da terra (Brenner, 1985b, p. 296). Brenner resume a questão na seguinte passagem:

“(…) ao fim do século XVII a evolução inglesa em direção ao capitalismo agrário acarretara o fim da antiga ‘fusão’ entre o ‘econômico’ e o ‘político’, e a emergência de uma separação institucional entre estado e sociedade civil. Com o salto do desenvolvimento econômico, manifestado sobretudo na crescente produtividade do trabalho, a busca pela riqueza deixou de ser essencialmente o jogo de soma zero que havia sido sob relações socio-produtivas feudais. Por sua vez, a acumulação e aplicação direta de força almejando redistribuir a produção social estritamente limitada deixou de ser a condição *sine qua non* para o sucesso da classe dominante. O

³ O argumento da separação entre as esferas da política e da economia não se origina nos autores aqui mencionados, mas se ampara na própria obra de Marx. Por exemplo, ao afirmar que uma das condições para a mercantilização da força de trabalho é a existência de trabalhadores “livres em um sentido duplo”, capazes de (e forçados a) encontrar os donos de capital no mercado “em pé de igualdade enquanto donos de mercadorias, com a única diferença de que um é um comprador, e outro o vendedor, ambos sendo portanto iguais aos olhos da lei (...)” (Marx, 1976, p. 272), Marx está se referindo exatamente a esta separação.

desenvolvimento inglês se distinguiu do de outras partes do continente em dois aspectos críticos e interrelacionados: foi marcado pela ascensão de uma *aristocracia capitalista* que comandava uma *revolução agrícola*.” (Brenner, 1985b, p. 299)

Se o capitalismo consiste de uma separação entre o político e o econômico, conseqüentemente, para Brenner (e mais tarde para Wood), enseja não apenas uma configuração específica de relações de propriedade, mas também um processo particular de formação de estado. Portanto, a análise das diferenças na consolidação das monarquias na Inglaterra e na França entre os séculos XIII e XVII se faz um ponto crucial para o argumento de Brenner sobre a origem do capitalismo. Outrossim, essa separação crucial seria explicada simplesmente como consequência da auto-impositiva lógica do capitalismo, o que faria com que a obra de Brenner deixasse de ser tanto histórica quanto materialista. Não é o caso, uma vez que ele dedica longas partes de seus principais artigos a detalhar tal diferença (Brenner, 1985a, pp. 46–62, 1985b, pp. 275–303, 1977, pp. 63–79). Ela pode, no entanto, ser resumida no seguinte: na França, os camponeses foram bem sucedidos ao assegurar direitos de propriedade sobre a terra (com transmissão por herança, por exemplo), o que levou a nobreza a assegurar sua renda através de impostos cobrados pelo estado absolutista. A extração de excedente continua sendo exercida através de coerção, mas agora centralizada sob a autoridade do rei ao invés de dispersa entre a nobreza. Enquanto isso, na Inglaterra a classe dominante manteve maior controle sobre a terra, levando à criação gradual de uma massa de trabalhadores sem propriedades. A centralização da coerção feudal que levou à formação do estado britânico não é resultado da ascensão do rei sobre o resto da nobreza (como na França), mas da vitória da classe dominante ao assegurar seus direitos de propriedade por meio do Parlamento. Uma vez que a propriedade estava juridicamente e politicamente assegurada, a coerção direta fez-se desnecessária no processo de extração de excedente. Ao contrário, este poderia se basear nas pressões competitivas por produtividade, ou seja, de acordo com Ellen Wood, em meios “puramente ‘econômicos’” (Wood, 2012, pp. 131–140, 2002, pp. 167–174).

“A afirmação de propriedade privada absoluta pelos senhores de terra [ingleses] sobre e contra a propriedade camponesa ocorreu de mãos dadas, portanto, com a ascensão gradual de uma nova forma de estado, que garantiu o monopólio da força sobre e contra os poderes privatizados de potentados feudais. O estado que emergiu ao longo do período Tudor, contudo, não era absolutista. Capaz de lucrar com a alta da renda da terra através da liderança de uma hierarquia capitalista tripartite constituída por proprietários de terras, arrendatários capitalistas, e trabalhadores assalariados, a classe dominante

inglesa não tinha a necessidade de recorrer a coerção direta, extra-econômica, para obtenção do excedente. Nem requeria que o estado atuasse em seu nome como um mecanismo de apropriação por meios políticos.” (Brenner, 1985b, p. 298).

As premissas básicas do Marxismo Político apresentadas aqui nos permitem alcançar duas conclusões preliminares. Primeiramente, da mesma maneira que diferentes formas de apropriação do excedente se baseiam em configurações particulares das relações de propriedade, o mesmo se dá com as diferentes formas de organização política em certo escopo geográfico. Em outras palavras, formas particulares de ordenação social de produção e distribuição de excedente correspondem a formas específicas de estruturas políticas e diferentes noções de “soberania”. Por este motivo, não pode haver uma definição de “estado” que prescindia de uma análise meticulosa do contexto histórico (isto é, das condições socio-produtivas) no qual se insere em termos espaciais e temporais. Em segundo lugar, o surgimento de relações de propriedade capitalistas na Inglaterra estava ligada às peculiaridades do processo de formação do estado, que por sua vez certamente tem suas implicações na maneira em que este atua na esfera internacional (Lacher, 2006; Teschke, 2009). De maneira similar, as alterações subsequentes promovidas pela expansão do capitalismo através do globo transformaram a própria operação da dita “esfera internacional”. Esta compreensão de como o crescimento do capitalismo a partir de sua origem agrária na Inglaterra altera o funcionamento da política inter-estatal fornece um fundamento novo para a disciplina de Relações Internacionais como um todo. Contudo, como a próxima seção demonstrará, quando se trata de definir o papel do capitalismo no funcionamento do sistema inter-estatal, ou de explicar o surgimento de uma ordem geopolítica especificamente moderna (ou capitalista), a tradição Marxista Político se divide em duas interpretações metodológicas.

3. As duas leituras do Marxismo Político nas Relações Internacionais

a. O Marxismo Político Estruturalista

Uma narrativa sobre o impacto causado pelo nascimento do capitalismo na Inglaterra na política internacional está presente na obra de Ellen Wood. Especificamente, ela parte das premissas descritas anteriormente para uma contribuição aos debates em torno da noção de “imperialismo”, em especial sobre a particularidade do imperialismo capitalista. De acordo com Wood, a separação entre as esferas política e econômica que distinguem o capitalismo

das demais formas de acumulação de excedente também permitem que o alcance imperial seja ampliado, exatamente por prescindir de dominação política ou militar direta, sendo capaz de se manter através dos imperativos de mercado. Neste contexto, a proliferação de estados-nação como a principal forma de organização geográfica e política não é mera coincidência, uma vez que é precisamente esta a estrutura política que assegura a autonomia da “esfera econômica” da qual o capital global necessita (Wood, 2012, pp. 244–8). A inovação contida no imperialismo capitalista, para Wood, é a forma como este progressivamente se utiliza mais de formas de acumulação “puramente econômicas”, movidas pela “imposição de compulsões econômicas”, ao invés do uso de coerção extra-econômica na forma de subjugação militar e intervenções territoriais diretas, como anteriormente (Wood, 2012, p. 156).

Ela fornece uma visão geral das estruturas sociais de diversos impérios ao longo da história, com o objetivo de poder identificar a especificidade de sua forma capitalista. Dividindo os impérios pré-capitalistas entre aqueles que se baseavam na exploração direta do campesinato (como o império romano, ou o chinês) e os que se sustentavam através da exploração de rotas comerciais (como o árabe, veneziano, espanhol, ou holandês), Wood demonstra que todos tem em seu cerne formas de acumulação que dependem do emprego direto de violência física, ao invés dos imperativos de mercado “puramente econômicos” que caracterizam o capitalismo (Wood, 2003). A consolidação do capitalismo na Inglaterra no século XVII dá início a um período de transição na política mundial, que em alguns séculos faz com que o domínio político direto sobre as “colônias” se torne desnecessário. Contudo, essa transição não é tão direta quanto ela dá a entender, como se discutirá em breve.

Wood define a especificidade do imperialismo capitalista da seguinte forma:

“O imperialismo capitalista se tornou quase que inteiramente uma questão de dominação econômica, na qual imperativos de mercado, manipulados pelas potências capitalistas dominantes, cumprem o papel que antes era de estados imperiais ou colonizadores. Uma característica essencial do capitalismo imperialista é que o seu alcance econômico excede em muito suas capacidades políticas e militares. Ele pode, portanto, contar com imperativos econômicos ‘do mercado’ para realizar muito do seu papel imperial. Isso o diferencia bruscamente de formas anteriores de imperialismo, que dependiam diretamente destes poderes extra-econômicos; sejam eles os de impérios territoriais que só se estendiam até onde seus poderes de coerção direta lhes davam a capacidade de impor seu governo, ou os de impérios comerciais cujas vantagens dependiam, por exemplo, da dominação dos mares.

Uma vez que potências subordinadas se tornam vulneráveis aos imperativos econômicos e às ‘leis’ do mercado, o comando direto por parte de estados imperiais não é mais um requisito para que se imponha a vontade do capital. Aqui, contudo, encontra-se um paradoxo, ou ainda, uma contradição fundamental do capitalismo. Imperativos de mercado podem ir além do poder de qualquer estado isoladamente; mas estes imperativos, por sua vez, devem ser impostos através de poder coercitivo extra-econômico. Nem a imposição de imperativos econômicos nem a ordem cotidiana necessária para a acumulação de capital e para a operação do mercado podem ser alcançadas sem a ajuda de poderes coercitivos com limitações locais e territoriais muito mais severas do que o alcance econômico do capital.” (Wood, 2012, pp. 257–8)

Este argumento tem uma clara influência na obra de Justin Rosenberg (ao menos em um primeiro momento, antes de seu interesse pela ideia do Desenvolvimento Desigual e Combinado em Trotsky). Ele se propõe a historicizar diferentes sistemas geopolíticos, buscando a especificidade do que conhecemos no período moderno e sugerindo que tal especificidade está ligada às estruturas sociais que condicionam a produção e a reprodução da vida social. Mais especificamente, a descontinuidade representada pela ideia de modernidade – definida pela expansão global do sistema de estado e pela separação entre estado e mercado (o político e o econômico, como em Brenner e Wood) – não pode ser dada como universalmente válida através da história (Rosenberg, 1994, pp. 1–6).

Rosenberg vê na ascensão do sistema de estados moderno um produto da separação capitalista entre o econômico e o político que corresponde a uma definição territorial dos estados modernos cada vez mais nítida, enquanto, de maneira simultânea e contraditória, as conexões transnacionais do processo de reprodução social se aprofundam. Seu argumento traz como principal assertiva a de que a consolidação da soberania e o nascimento do sistema de estados moderno não está restrito às relações diplomáticas entre unidades políticas estabelecidas (como acadêmicos realistas – os principais alvos da crítica de Rosenberg – consideram), mas passa por “um *processo histórico* concreto de transformação e perturbação social” (Rosenberg, 1994, pp. 134–5). Para ilustrar o argumento, ele analisa formações geopolíticas pré-capitalistas, buscando especificamente a “relação estratégica” central que, de acordo com Marx, abriga a “base oculta de toda a estrutura social” (in Rosenberg, 1994, p. 51). Tomando-se como exemplo o caso do imperialismo ibérico pré-moderno. De acordo com Rosenberg, a dinâmica social das expansões espanhola e portuguesa eram movidas por resultados de seus próprios processos de formação do estado e da luta pela expulsão dos

mouros da península, sendo, portanto, historicamente específicos. Tais expansões não podem, portanto, ser explicadas através de uma lógica geopolítica transhistórica. Ao contrário, a especificidade histórica de cada sistema internacional deve ser analisada, de forma a demonstrar as diversas maneiras em que estruturas sociais e sistemas geopolíticos estão interligados (Rosenberg, 1994, pp. 120–2).

Contudo, existem alguns problemas com essa narrativa da especificidade da geopolítica moderna apresentada por Wood e Rosenberg. Em ambos os casos, há uma dependência excessiva de argumentos estruturalistas e essencialistas, o que deixa de lado a grande herança do projeto original do Marxismo Político. Wood, por exemplo, ao colocar os “imperativos de mercado” e a “lógica do capital” acaba por reificar estas categorias, atribuindo a elas uma agência própria. Ela dá a entender que o advento do capitalismo na Inglaterra leva a uma transformação geopolítica gradual que faz com que modos de acumulação de excedente baseados em formas de exploração não-econômica se tornem completamente obsoletos, em franca contradição com o que a história da colonização britânica na Índia ou no Sudão demonstram. Ela desconsidera os diversos fatores contingentes que influenciam a decisão pelo uso de dominação política direta, como por exemplo a forma de produção existente no território colonizado. Por esta razão sua história dos impérios parece funcionalista e unilateral: o fim da colonização aparece unicamente como resultado de inovações sociais europeias (i.e., capitalismo), sem espaço para atores sociais não-europeus (Chibber, 2005).

Rosenberg, de forma parecida, ao focar na *differentia specifica* de formas modernas e pré-modernas de geopolítica, perde de vista os processos históricos que culminaram na transição entre elas⁴. Em sua análise do império português, por exemplo, ele se utiliza de uma constituição social específica do “mercado” como um traço marcante da pré-modernidade, aprofundando a discussão nas características estruturais do comércio pré-capitalista, mas não nas relações sociais na colônia, ou entre colonizadores e colonizados. Ou seja, ao mesmo tempo que se reconhece o papel de qualquer conceito ou modelo estrutural depende de sua utilidade para explicar processos históricos (a exemplo da discussão sobre “capital mercantil” (Rosenberg, 1994, p. 99)), os primeiros parecem ser privilegiados em detrimento dos últimos. E ainda assim, o desenvolvimento histórico de rotas comerciais portuguesas ocupam lugar de destaque (como a conquista de rotas marítimas no Pacífico, ou a conexão com comerciantes

⁴ Na verdade, pode-se dizer que Rosenberg, em suas obras mais recentes, vai na direção oposta. Isto é, ao invés de buscar as particularidade históricas que levaram a transformações cruciais na história mundial, sua aplicação do Desenvolvimento Desigual e Combinado (DDC) parece abdicar da necessidade teórica de historicidade, derivando a causalidade nas ciências sociais “especificamente do fato da multiplicidade societal” (Rosenberg, 2013a, p. 572, 2006, p. 320)

em Antuérpia), enquanto as relações coloniais que sustentam esse comércio estão ausentes da análise (Rosenberg, 1994, pp. 94–106).

Portanto, tanto Rosenberg quanto Wood vêm na separação entre o econômico e o político um pilar crucial da modernidade, ao ponto de encararem tal separação como auto-explicatória – uma consequência da lógica de acumulação capitalista que, uma vez posta em prática, simplesmente se reproduz no tempo. Ao fazê-lo, eles ignoram os processos sociais que produziram estes resultados específicos, ocultando o papel dos diversos atores sociais envolvidos na reprodução dessa forma de acumulação e que resistem a ela. Ao estabelecer a conexão entre ordens geopolíticas e estruturas sociais de produção (ou relações sociais de propriedade, no termo de Brenner) eles oferecem uma contribuição importantíssima para a disciplina de Relações Internacionais, e para a tradição do Materialismo Histórico de forma mais ampla. Mas, tecendo uma crítica em termos marxistas, pode-se dizer que eles retiram a luta de classe do seu papel de força motriz da história, substituindo-a pela “lógica” do capitalismo.

b. A leitura historicista do Marxismo Político

Uma visão alternativa da relação entre a ascensão do capitalismo e a ordem internacional pode ser encontrada em uma leitura historicista do Marxismo Político. Nesta perspectiva, para capturar a natureza dinâmica da transição para uma ordem geopolítica moderna e para um sistema global de relações de propriedade capitalistas, é necessário que se desenvolva uma interpretação histórica que consiga especificar os processos sociais que moldaram tais transições. Em outras palavras, tanto a modernidade do sistema de estados quanto a expansão do capitalismo devem ser compreendidos como processos históricos de raízes profundas e contínuos, o que impossibilita datar com precisão seu começo e seu fim. Este é exatamente o objetivo definido por Benno Teschke em sua obra sobre as origens sociais da modernidade na disciplina de Relações Internacionais (Teschke, 2009, p. 44).

Sua principal obra discute especificamente o mito de acordo com o qual o Tratado de Vestfália de 1648 seria o momento decisivo de ruptura, marcando o início de um sistema de estados moderno. Ainda de acordo com o mito, o tratado teria dado origem à noção de soberania territorial, o principal fundamento da modernidade na teoria de Relações Internacionais. Contra isso, Teschke argumenta que a “constituição, operação, e transformação de ordens geopolíticas são baseadas nas identidades mutáveis de suas unidades constituintes” e estas são primariamente definidas por suas relações sociais de propriedade – ou seja, pela maneira em que regimes de propriedade, normas de extração de excedente e

modos de produção, reprodução e de acumulação específicos são fixados por instituições políticas, assegurando a continuidade de uma forma historicamente específica de relações de classe (Teschke, 2009, p. 7). Subsequentemente, como não há ruptura significativa nas relações sociais de propriedade em nenhuma parte da Europa continental em 1648, o tratado não pode ser visto como o início de uma nova ordem internacional (moderna). Ao contrário, deve ser compreendido justamente como a afirmação de um processo de formação de estados que segue um padrão geopolítico especificamente absolutista (*ergo*, ainda pré-moderno). Teschke nega a existência desse “momento de ruptura” que divide uma ordem mundial moderna de uma pré-moderna, argumentando que ambas coexistiram e mantiveram um tipo de relação dialética na qual as pressões pela modernização encontraram constantemente várias resistências contextualmente específicas de ordens sociais pré-modernas tanto na Europa quanto em outras partes do globo (Teschke, 2009, p. 41).

Em termos metodológicos, relações sociais de propriedade são o princípio definidor de uma dada ordem social, definindo não apenas a “lógica” operacional tanto da esfera econômica quanto da política, mas, de acordo com Brenner, a própria separação entre elas. O que Teschke acrescenta é que não apenas a separação entre elas é consequência da ascensão do capitalismo, mas também uma diferente forma de se separar o “doméstico” do “internacional”. Na verdade, de acordo com o cerne do seu argumento teórico, a cada modo de produção corresponde uma forma específica de forma de funcionamento da ordem geopolítica. Esta metodologia tem fortes implicações para a forma como a história é abordada pela teoria social, que fica clara em sua narrativa sobre a geopolítica feudal:

“Em suma, eu proponho um arcabouço teórico para sociedades feudais centrado na lógica de exploração enquanto mediada por certas relações sociais de propriedade. Enquanto o conflito de classe segue sendo o *primum mobile* da história, sua lógica gira essencialmente em torno de quatro conflitos: (1) entre camponeses e a nobreza (conflito de classe); (2) entre a nobreza (conflito interno da classe dominante); (3) entre a coletividade dos nobres (o ‘estado’ feudal) e comunidades de nobres ‘externas’ (conflito entre classes dominantes); e entre o próprio campesinato (conflito interno da classe produtora). Juntas, essas linhas horizontais e verticais de conflito geram (e vem de) equilíbrios específicos das forças de classe, que por sua vez governam e filtram os ritmos de paz e guerra. Em outras palavras, a organização política (a atividade social consciente) segue sendo o *locus* estratégico de formas de agência que alteram instituições. Por este ângulo, o argumento segundo o qual o conflito intra-classe dominante constitui uma ordem separada da realidade – a esfera da política propriamente dita,

compreendida em termos weberianos como a competição por poder movida pelo status – entra em colapso. Igualmente, relações geopolíticas não ocupam uma esfera independente e isolada da realidade (“o geopolítico”), como neorealistas e neo-weberianos argumentam (Mann 1986, Hobson 1998). Em sociedades feudais, conflitos intra-classe dominante, tanto domésticos quanto geopolíticos, não são conflitos pela maximização do poder, mas conflitos entre (e intra-) classes que acumulam politicamente por sua parcela relativa dos meios de coerção extra-econômica. Por fim, devemos rejeitar a proposição de que a vida camponesa deve ser confinada a uma esfera isolada e distinta, objeto de estudo da ‘história desde baixo’, divorciada da história política. Tais esferas de atuação social não seguem ‘leis próprias’, mas são *disiecta membra* de uma mesma totalidade contraditória.” (Teschke, 2009, pp. 56–7)

Tendo estabelecido este ponto de partida metodológico, Teschke prossegue demonstrando como diferentes formas de relações geopolíticas são ligadas por diferentes conflitos de classe mediados por relações de propriedade, culminando na transformação radical trazida pela ascensão de relações de propriedade capitalistas na Inglaterra e pelas subsequentes alterações na estrutura do estado inglês, especialmente no que concerne o processo de tomada de decisão em matérias de política externa. O argumento segundo o qual a ascensão da modernidade nas Relações Internacionais está ligada ao nascimento do capitalismo já existe na obra de Wood e Rosenberg, mas Teschke dá um passo adiante, e demonstra o processo histórico que conecta o segundo à primeira (Teschke, 2009, pp. 249–250). De forma semelhante, Wood já apontara o fato de que teorias do imperialismo capitalista sempre assumem uma potência capitalista em um sistema global não-capitalista (Wood, 2012, p. 257), mas Teschke novamente avança o argumento, demonstrando as transformações causadas pela ascensão do capitalismo inglês no sistema de estados. De acordo com ele, as pressões da competição geopolítica (o “conflito entre classes dominantes”) instigou diversas crises em estados pré-capitalistas na Europa, culminando por exemplo na revolução francesa, e em uma série de “revoluções desde acima” (em clara referência à noção Gramsciana de “revolução passiva”). A expansão do capitalismo foi, portanto, um processo político mediado pelo conflito de classes em suas formas particulares através da Europa, e, posteriormente, do globo (Teschke, 2009, pp. 262–5). Teschke dá a esse processo o nome de “desenvolvimento socialmente desigual e geopoliticamente combinado”, em clara referência à obra de Rosenberg sobre DDC (Teschke, 2009, p. 266). Contudo, a forma com que a origem e expansão tanto do capitalismo quanto do sistema de estados europeu são historizadas

representa um ponto de divergência crucial em relação à tradição Trotskiana nos termos em que esta é reformulada por Rosenberg. Em outras palavras, o universalismo e o positivismo que Rosenberg atribui à sua teoria de Desenvolvimento Desigual e Combinado são rejeitados por Teschke, como ele escreve em outro artigo:

“A transição teórica para o DDC ocorreu sem uma nova discussão sobre a questão da relação entre as origens historicamente e regionalmente específicas e a dinâmica do capitalismo, a formação e as permutações do sistema de estados moderno, e seu contínuo co-desenvolvimento histórico (mas não de uma origem comum) em uma perspectiva processual que atente tanto a nível histórico quanto teórico para as trajetórias desiguais e interrelacionadas de várias regiões europeias.” (Teschke, 2014, p. 27)

Uma perspectiva histórica da relação entre capitalismo e modernidade também é um elemento central da obra de Hannes Lacher. Ele parte de um estudo sobre as teorias da globalização, especialmente a ideia de que esta consiste de uma transição para uma ordem pós-Vestfália, na qual estados perderiam sua posição privilegiada enquanto atores primordiais de espacialização social, política e cultural. A primeira questão que ele levanta contra tal ideia diz respeito precisamente à ideia de que a ordem Vestfaliana seria o fundamento da modernidade das Relações Internacionais. De acordo com seu argumento, as tensões entre o “global” e o “(inter)nacional” representam diferentes lógicas de espacialização (i.e., de se conceituar o espaço geográfico) ligadas, respectivamente, ao capitalismo e à modernidade enquanto processos históricos. Portanto, “globalização” é apenas a maneira na qual essa tensão se resolve ao longo da história, na forma de uma “modernidade capitalista” (Lacher, 2006, pp. xi, 6–15). Em suas próprias palavras:

“A dicotomia entre o ‘nacional’ (e seu corolário, ‘o internacional’) e o ‘global’ é portanto incapaz de servir de base para uma conceitualização do atual processo de transformação social e espacial. Ao invés de um progresso teleológico do tipo-ideal do nacional/internacional para o tipo ideal do global, o foco central de uma análise histórica da globalização deveria ser a contínua *dialética* entre tendências territorializantes e globalizantes, dentro das quais deve-se situar a constituição de espaços econômicos nacionais. Esta dialética, no meu argumento, vem de tensões e contradições inerentes na ‘não-coincidência territorial’ entre o estado nação e a economia global, que por sua vez se alimenta das contradições da sociedade de classes capitalista.” (Lacher, 2006, p. 153)

Portanto, Lacher, como Teschke, diz existir não apenas uma importante descontinuidade entre um sistema de estados vestfaliano e um capitalista, mas também que essa descontinuidade não nos permite inferir que o segundo é, portanto, um “sistema de estados pós-moderno”. Pelo contrário, o desenvolvimento dos dois é entrelaçado, revelando uma íntima relação entre ambos. Em suas palavras, “[o] global e o nacional aqui não são mutuamente excludentes, mas se constituem um através o outro. Essa relação, ademais, é dinâmica e sujeita a transformações.” (Lacher, 2006, p. 13). A relação entre capitalismo e modernidade não é apenas uma de descontinuidade, mas de complementaridade, uma vez que o capitalismo nasce em uma ordem pré-existente de soberania interestatal. Por sua vez, isto não significa que tendências globalizantes são uma característica exclusivamente capitalista. Na verdade, a divisão do mundo em estados nunca deu conta completamente das dimensões globais das relações sociais. O verdadeiro desafio às teorias de RI e SHI não é apenas o de substituir a lógica realista “estado-cêntrica” da modernidade por uma global e transnacional com base em tendências supostamente inerentes e globalizantes do capitalismo (afinal, isto já se encontra em Marx), mas o de fornecer uma narrativa histórica de como estas duas lógicas particulares (o “transnacional” e o “nacional/internacional”) são instrumentalizadas por atores sociais em cada época. Em outras palavras, trata-se de perceber a maneira através da qual a natureza cambiante das relações sociais que sustentam estruturas tais como o estado nação e o mercado global influencia a forma em que estas entidades moldam a noção territorial de soberania (Lacher, 2006, pp. 14, 119).

Nesta perspectiva, se RI enquanto disciplina acarreta um estudo histórico de ordens internacionais em sua especificidade contextual, ela conseqüentemente precisa de um arcabouço teórico que permita tal historicização. A obra de Marxistas Políticos como Brenner e Wood representa, segundo Lacher, uma forma não determinista e não circular de acomodar uma narrativa da ascensão do capitalismo em um contexto de estados nação territorializados, o que estabelece uma conexão entre a existência destes em a de um modo de extração de excedente não-territorial (Lacher, 2006, pp. 45, 60). Portanto, o MP permite que a teoria social do capitalismo exista enquanto uma totalidade, mas construída teoricamente (enquanto abstração) a partir de estudos empíricos e históricos. Nos termos de Lacher⁵:

“Se, como Thompson insiste, o materialismo histórico todavia precisa buscar entender o capitalismo como uma totalidade, esta totalidade só pode ser teoricamente construída a partir de estudos empíricos e históricos cuidadosos. É necessário mostrar não apenas como o modo de produção se

⁵ A menção de Lacher a E. P. Thompson foi uma citação escolhida intencionalmente. Como se discutirá em breve, essa leitura historicista do Marxismo Político é muito influenciada por sua obra.

faz presente em todos os aspectos da vida social, mas também como o capital e sua dinâmica particular são reproduzidos e continuamente reconstituídos através dessas relações sociais, estando, por este motivo, em eterna e contínua transformação. Sendo assim, a sociedade não pode ser encarada como um conglomerado de esferas e níveis interagindo entre si, mas sempre em relação externa uns com os outros.” (Lacher, 2006, p. 34)

A rejeição do “conglomerado de esferas e níveis (...) em relação externa uns com os outros” é precisamente a inovação trazida pela tradição do MP, de acordo com a qual todas as divisões sociais estruturais (ou ainda, a ontologia das ciencias sociais como um todo) deve ser historicizada ao invés de dada por certa, pois fazê-lo leva inevitavelmente à atribuição de um caráter transhistórico a algum processo social que se insere em um contexto específico. Essa rejeição marca a oposição teórica do MP a outras tradições acadêmicas, como a tradição Weberiana da Sociologia Histórica, representada por John Ruggie (1993) que trata as esferas da política e da economia como ontologicamente distintas; ou como as que enxergam tal divisão ontológica entre o nacional e o internacional (Waltz, 1979; Rosenberg, 2006, 2013a, 2013b); ou ainda as tradições Marxistas mais tradicionais que, de diversar formas, se utilizam da dicotomia “estrutura/superestrutura” (Wallerstein, 1974; Arrighi, 1994; Blaut, 1993).

Em suma, esta forma de trazer o argumento do MP para RI ressalta a importância da historicização radical, centrada na agência, dos modos de produção e de suas respectivas estruturas de reprodução social, assim como na obra original de Brenner. Só através desse aparato metodológico dicotomias reificadas como “global” e “nacional/internacional” ou entre economia e política podem ser desconstruídas. Ademais, ela permite também uma releitura sobre as especificidades da modernidade e do capitalismo, permitindo que temas recorrentes da teoria de RI (como a centralidade analítica do estado territorial e a ideia de “globalização”) sejam vistas através de novas perspectivas. Contudo, esta não é a única leitura do MP, a alternativa, estruturalista, estando presente na obra da própria Ellen Wood. A próxima seção mostra como as duas interpretações tem origem em tensões teóricas nos escritos de Robert Brenner.

4. Estruturalismo e Historicismo na Origem do Marxismo Político

É comum que haja algumas (ou até várias) interpretações conflitantes da obra de determinado autor. O que essa pesquisa sugere é que, no caso da primeira geração do Marxismo Político, essas interpretações se devem a uma tensão interna dos escritos de

Brenner. Especificamente, essa tensão entre estruturalismo e historicismo está presente em Brenner – e mais tarde em Wood – na forma de uma contradição entre a metodologia e a ontologia apresentadas. Em prol do argumento feito aqui (para uma historicização radical da teoria de RI/SHI) é necessário identificar até onde vai essa tensão, e contornar as premissas ontológicas estruturalistas (como as que dizem respeito à natureza do estado, ou à do capitalismo). Em outras palavras, a proposta de uma metodologia radicalmente historicizada requer uma ontologia também radicalmente historicizada. A falta desta última é precisamente o ponto onde a primeira geração de teóricos do MP (aqui representados por Brenner e Wood) encontram sua maior limitação, dando origem às mencionadas interpretações divergentes.

Demonstrou-se acima que um dos pontos fortes da obra de Brenner deriva da busca pela especificidade histórica do capitalismo. Sua principal discordância com os outros modelos teóricos que dão conta da conexão entre a crise feudal e a ascensão do capitalismo (i.e., o demográfico e o comercial) está conectada com um argumento mais amplo contra leis gerais e trans-históricas do desenvolvimento social. Enquanto os alvos de sua crítica se valem (em graus diferentes) de tendências gerais como as flutuações demográficas malthusianas ou premissas essencialistas como a “propensidade natural humana ao comércio, permuta e troca” (Smith, quoted in Brenner, 1977, p. 38). Brenner emprega um método histórico comparativo para mostrar como esses processos (a crise demográfica e a intensificação de relações comerciais), na verdade, levam a resultados diferentes em cada cenário analisado. Ainda de acordo com Brenner, a falha dos modelos que ele questiona é em não considerar precisamente o que explica a diferença entre os resultados observados: as diferentes formas da estrutura de classes, ou, nos termos de Brenner, a estrutura das relações sociais de propriedade (Brenner, 1985a, pp. 11–12) em cada um dos contextos analisados. É na análise destas, especialmente ao comparar as particularidades na disputa por direitos de propriedade entre senhores de terra e camponeses na Inglaterra e na França, que Brenner consegue encontrar a especificidade histórica da transição do feudalismo para o capitalismo na primeira, e a ascensão do absolutismo na segunda.

Contudo, a lacuna entre uma ontologia estruturalista e uma metodologia historicista na obra de Brenner se dá exatamente entre as “leis de reprodução” e as “relações sociais de propriedade”. Enquanto ele historiciza estas, e, como dito, demonstra que diferentes formas destas relações levam a resultados particulares da luta social (i.e., de classe), ele deriva destas uma forma específica de “leis de reprodução”. Ao fazê-lo, ele limita sua própria proposta de historicização à ascensão do capitalismo. Ao contrário, como se argumenta, ela deveria incluir não apenas a ascensão histórica do capitalismo (i.e., ao contrário de simplesmente derivar tais “leis de reprodução” de uma dada formação social, buscar compreender como estas leis

resultam de disputas sociais) mas também a unidade central de análise nessa forma de sociologia histórica: a classe. Em outras palavras, se o processo de formação de classes for também profundamente investigado e historicizado, outras instâncias de disputa social (além da esfera diretamente produtiva propriamente dita) aparecem como elementos contingentes, mas cruciais, da análise social.

Como dito, Brenner parece relutante em aplicar o mesmo rigor histórico às suas próprias premissas ontológicas, como sua principal categoria analítica – “classe” – que por conseguinte aparece de maneira um tanto quanto essencialista. Em outras palavras, a divisão entre as classes ainda é em suma dada pelo próprio processo de produção, como um mero resultado das (nos termos de Brenner) relações sociais de propriedade sobre os meios de produção. Precisamente:

“É nas relações de propriedade ou de extração de excedente que se definem as classes fundamentais de uma sociedade – a(s) classe(s) de produtores diretos de um lado e a(s) que extrai(em) o excedente, ou dominante(s) do outro. Meu argumento, então, é o de que estruturas de classe diferentes, especificamente relações de propriedade ou de extração de excedente, uma vez estabelecidas, tendem a impor limites e possibilidades razoavelmente estritos, bem como padrões de longo prazo específicos ao desenvolvimento econômico de uma sociedade.” (Brenner, 1985a, pp. 11–12)

Em outros termos, se o mérito reside em encontrar as origens dos modos de produção nos resultados da disputa política entre classes sociais, seria ideal que se dedicasse a mesma exegese à definição de classe. Ao contrário, ele trata essa categoria como derivação imediata das relações com os meios de produção, desconsiderando implicações sociais e políticas mais amplas que podem influenciar a composição de tais grupos sociais. Isso traz de volta as acusações de economicismo que Brenner tanto se esforça para evitar em seu marxismo “político”. Cientes deste fato, outros acadêmicos progrediram com a historicização do conceito de “classe”, incluindo outros fatores além da esfera produtiva em suas definições (Comninel, 2000; Thompson, 1980; Wood, 1995, 2012).

Outra categoria empregada por Brenner de maneira problemática é, surpreendentemente, “capitalismo”. Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que ele dedica boa parte de sua obra a demonstrar o processo histórico de ascensão do capitalismo, a luta de classes que foi tão importante na gênese deste modo de produção perde relevância uma vez que ele se concretiza. Uma vez que a Inglaterra, e posteriormente o mundo, está operando sob os “padrões de longo prazo específicos” (como na citação acima) do capitalismo, estes padrões substituem a luta de classe como o principal elemento analítico dos processos sociais

que se seguem. No argumento de Brenner, a agência socio-política tem um papel crucial no momento da transição, mas é novamente reificada e subsumida no reducionismo do “modo de produção” uma vez que o capitalismo se encontra plenamente operante, como se ele “irrevogavelmente transformasse as condições e o caráter dos processo análogos subsequentes”, impondo um conjunto de imperativos inteiramente novos derivados da lógica de competição do mercado (Brenner, 1985b, pp. 322–323).

O capitalismo, finda a transição, parece ganhar uma agência própria no argumento de Brenner. Na obra de Ellen Wood, por outro lado, isso é claro. Na verdade, ela segue a profunda contextualização histórica das origens do capitalismo presente na obra de Brenner, indicando a forma como a divisão entre o “econômico” e o “político” é um construto social de um modo de produção específico. Contudo, ela encontra as mesmas limitações quando se trata de teorizar a agência de classe sob o capitalismo, tratando o conflito de classe no capitalismo como “encapsulado no interior de unidades individuais de produção” (Wood, 1995, p. 45). Ela parece ávida a enfatizar a dissolução da dicotomia “base/superestrutura”, mas nega que tal dissolução implique a inexistência de “leis de desenvolvimento” ou “leis da acumulação capitalista” (Wood, 1995, p. 25). Enquanto não se pretende aqui negar a existência de características gerais do desenvolvimento capitalista, Wood definitivamente dá muita ênfase a essas “leis” aparentemente universais e excessivamente abrangentes, como na seguinte passagem:

“A precondição específica do capitalismo é uma transformação das relações sociais de propriedade que gere as “leis de movimento” do capitalismo: os *imperativos* de competição e maximização do lucro, uma *compulsão* para reinvestir excedentes, e uma sistemática e incansável *necessidade* de se otimizar a produtividade do trabalho e desenvolver as forças de produção.

(...) Marx trata essa transformação rural [a expropriação dos produtores diretos] como a ‘acumulação primitiva’ *real* não porque ela criou uma massa crítica de riqueza, mas porque essas relações sociais de propriedade geraram novos imperativos econômicos, especialmente as compulsões de competição, uma necessidade sistemática de se desenvolver as forças produtivas, levando a novas leis de movimento que o mundo jamais vira anteriormente.” (Wood, 2002, pp. 36–37)

Apesar de a representação do capitalismo como modo de produção demonstrar uma espécie de determinismo estrutural semelhante nas obras de Brenner e Wood, ambos divergem de forma significativa na teorização do termo “classe”. Ao invés de derivar classes sociais diretamente das relações de propriedade, como Brenner o faz (vide acima), Wood

encontra uma forma alternativa. Para ela, “classe” não é um espaço definido pela estrutura social, que acaba por implicar uma forma de estratificação hierárquica. Ela retoma a obra de Edward P. Thompson, definindo classes como “processos estruturados” (Wood, 1995, p. 79). Sem abandonar as premissas materialistas do marxismo, essa concepção de classe enquanto um processo histórico e uma relação social não nega o papel das relações de propriedade em sua construção; mas acrescenta a ele a noção de que uma classe social só vem a existir efetivamente na forma em que tais relações moldam as experiências daqueles que se encontram nelas, se traduzindo em certas características culturais e políticas, em uma dada racionalidade, e, claro, em uma forma específica de agência social (Wood, 1995, pp. 80–84). Na definição de Thompson:

“Por classe eu entendo um fenômeno histórico, que unifica um número de eventos separados e aparentemente desconectados, tanto na experiência material crua quanto na consciência. Enfatizo que é um fenômeno *histórico*. Não vejo classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que de fato acontece (e se pode demonstrar ter acontecido) nas relações humanas.

Mais do que isso, a noção de classe presume a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é de uma fluidez que escapa à análise se tentamos congelá-la a qualquer momento e analisar a anatomia de sua estrutura. (...) E classe ocorre quando alguns homens, por resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e em oposição à de outros homens cujos interesses são diferentes de (e não raro opostos a) os seus. A experiência de classe é amplamente determinada pelas relações produtivas nas quais se nasce – ou entra-se involuntariamente. Consciência de classe é a maneira na qual essas experiências aparecem em termos culturais: contidas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (...) A consciência de classe surge da mesma maneira em diferentes tempos e lugares, mas nunca *exatamente* da mesma maneira.” (Thompson, 1980, pp. 9–10)

De acordo com Wood e Thompson, portanto, classes não podem ser concebidas como partes separadas de uma totalidade social, entrando em relação entre si e passando por um processo de transformação quando essa relação muda. Ao contrário, só podemos pensar em classe como o resultado do próprio processo de luta social, e como ele é percebido pelos seres históricos e conscientes sujeitos a este mesmo processo. É neste sentido que se pode dizer que a luta de classe precede a própria existência das classes (Wood, 1995, pp. 83–84).

Em suma, momentos de estruturalismo e historicismo coexistem nas origens do Marxismo Político enquanto um arcabouço teórico de teoria social. O primeiro aparece na forma como Brenner e Wood reificam a luta de classes na operação do modo de produção capitalista, Wood sendo especialmente clara a respeito dos “imperativos” impostos por suas “leis de movimento”. Contudo, a noção de luta de classe é bem menos restrita pelas normas estruturais de cada modo de produção quando se trata de teorizar a ascensão do capitalismo. Na narrativa de Brenner (e mais tarde de Wood) sobre a comparação histórica da crise feudal na Inglaterra e na França – descrevendo as condições que deram origem ao capitalismo agrário na primeira e ao estado absolutista na segunda – as próprias definições de “feudalismo” e “capitalismo” parecem ser abertas às contingências das lutas sociais entre camponeses e senhores de terras pelo regime de propriedade. Essa versão historicista da transição, com uma ênfase na luta de classe como o processo contingente e não-teleológico através do qual estruturas sociais se mantêm, são contestadas e se transformam é o grande legado do Marxismo Político. Portanto, é importante que se conteste os restos de estruturalismo que ainda restam em seu cerne, trazendo de volta a agência socio-política para o centro da análise histórica. A redefinição de classe em Wood (inspirada por E. P. Thompson), e a desconstrução da aparente universalidade do preceito realista de soberania territorial como o cerne do sistema de estados modernos em Teschke e Lacher – ambos demonstrados acima – são ótimos exemplos de como pode-se alcançar tal meta.

5. Repensando as Relações Internacionais como Sociologia Histórica Internacional

Tendo identificado que o historicismo metodológico radicalmente centrado na agência é a principal contribuição do Marxismo Político à teoria de RI/SHI, cabe ressaltar as maneiras em que esta pode ser aprimorada valendo-se destas premissas. Dois pontos merecem destaque: a possibilidade de se evitar o eurocentrismo na narrativa de processos sociais não-europeus; e a contextualização geopolítica destes processos, ou seja, a demonstração precisa da forma como pressões geopolíticas exercem sua influência nos mais diversos contextos.

Primeiramente, muitos modelos teóricos reconhecem de maneira muito tímida e limitada o papel de processos históricos para além do “centro” da estrutura internacional. Tomando-se como exemplo a literatura sobre formação de estados, cita-se a narrativa sobre a expansão da “sociedade internacional” da Escola Inglesa, e a integração de novas regiões na “economia-mundo” europeia presente na Teoria dos Sistemas-Mundo. Essa ausência de processos históricos periféricos resulta em uma narrativa (a)histórica eurocêntrica, por negar a

não-europeus qualquer agência social relevante, ou seja, de ter qualquer participação significativa nos resultados de processos históricos. A já mencionada historicização ontológica, presente por exemplo na definição Thompsoniana de classe, permite (ou melhor, requer) uma teoria que dê conta dos grupos sociais diretamente envolvidos em qualquer processo que se tome como objeto de estudo. Nesse sentido, processos históricos são portanto compreendidos primariamente como resultado de conflitos sociais e políticos entre os grupos nele envolvidos, ou seja, como resultados constantes de formas de disputa social muito particulares (específicas a um dado contexto), e não apenas como expressões ou reflexos de outros processos.

Isto não significa, claro, que influências transnacionais, globais, “sistêmicas” ou “estruturais” simplesmente inexistem. Pelo contrário, outro benefício desta abordagem é a possibilidade de desconstrução destes “imperativos” como processos históricos próprios, e de investigação das formas exatas em que essas pressões se traduzem em outros contextos. Ao mesmo tempo, evita-se a presunção de que a existência de formas políticas semelhantes (como o estado nacional) implica a existência de condições históricas similares, e reconhece-se uma rede política global de interesses e influências (o que implica um significado específico do termo “geopolítica”) na qual diferentes sociedades se encontram. Em outras palavras, leis históricas e lógicas de acumulação ou expansão são substituídas pelas lutas históricas que as criam.

6. Bibliografia

Arrighi, G., 1994. *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. Verso, London.

Aston, T.H., Philpin, C.H.E., 1985. *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge University Press, Cambridge Cambridgeshire ; New York.

Blaut, J.M., 1993. *The colonizer's model of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history*. Guilford Press, New York.

Bois, G., 1985. *Against the Neo-Malthusian Orthodoxy*, in: *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 107–118.

Brenner, R., 1985a. *Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*, in: *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 10–63.

Brenner, R., 1985b. The Agrarian Roots of European Capitalism, in: *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 213–327.

Brenner, R., 1977. The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism. *New Left Rev.*, I 25–92.

Chibber, V., 2005. Capital Outbound. *New Left Rev.*, II 151–158.

Comninel, G.C., 2000. English feudalism and the origins of capitalism. *J. Peasant Stud.* 27, 1–53.

Croot, P., Parker, D., 1985. Agrarian Class Structure and the Development of Capitalism: France and England Compared, in: *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 79–90.

Lacher, H., 2006. *Beyond globalization: capitalism, territoriality and the international relations of modernity*. Routledge, London.

Lacher, H., 2003. Putting the state in its place the critique of state-centrism and its limits. *Rev. Int. Stud.* 29. doi:10.1017/S0260210503005217

Ladurie, E.L.R., 1985. A Reply to Robert Brenner, in: *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 101–106.

Marx, K., 1999. The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. Marx/Engels Internet Archive.

Marx, K., 1976. *Capital: A Critique of Political Economy - Volume I*. Penguin Books, London.

Postan, M.M., Hatcher, J., 1985. Population and Class Relations in Feudal Society, in: *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 64–78.

Rosenberg, J., 2013a. Kenneth Waltz and Leon Trotsky: Anarchy in the mirror of uneven and combined development. *Int. Polit.* 50.

Rosenberg, J., 2013b. The “philosophical premises” of uneven and combined development. *Rev. Int. Stud.* 39, 569–597. doi:10.1017/S0260210512000381

Rosenberg, J., 2006. Why is there no international historical sociology? *Eur. J. Int. Relat.* 12. doi:10.1177/1354066106067345

Rosenberg, J., 1994. *The empire of civil society: a critique of the realist theory of international relations*. Verso, London.

Ruggie, J.G., 1993. Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations. *Int. Organ.* 47, 139–174. doi:10.1017/S0020818300004732

Teschke, B., 2014. *IR theory, historical materialism, and the false promise of international historical sociology*.

Teschke, B., 2009. *The myth of 1648: class, geopolitics, and the making of modern international relations*. Verso, London.

- Thompson, E.P., 1980. *The making of the English working class*. Gollancz, London.
- Wallerstein, I., 1974. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of European World-Economy in the Sixteenth Century*. Academic Press, New York.
- Waltz, K.N., 1979. *Theory of international politics*. McGraw-Hill, New York, NY; London.
- Wood, E.M., 2012. *The Ellen Meiksins Wood Reader*. Brill, Leiden ; Boston.
- Wood, E.M., 2003. *Empire of Capital*. Verso, London.
- Wood, E.M., 2002. *The origin of capitalism: a longer view*, [New ed.]. ed. Verso, London.
- Wood, E.M., 1996. Capitalism, merchants and bourgeois revolution: Reflections on the Brenner debate and its sequel. *Int. Rev. Soc. Hist.* 41, 209–232.
- Wood, E.M., 1995. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge University Press, Cambridge.